

CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA SOCIOAMBIENTAL: iniciativa piloto para a cana-de-açúcar

Luís Fernando Guedes Pinto¹

Laura de Santis Prada²

1 - INTRODUÇÃO ¹²

A atividade agropecuária é a atividade de maior impacto nos recursos naturais e populações humanas, pois os agroecossistemas estão presentes em praticamente todas as paisagens do planeta e ocupam 30% da superfície terrestre continental, produzindo alimentos e diversas matérias-primas (ELLIOT e COLE, 1989). Devido aos sistemas de produção agrícola predominantes hoje no mundo ocidental basearem-se na revolução verde, através do intenso uso de máquinas e agroquímicos, estes têm sido responsáveis por intensa degradação ambiental e deterioração social. Por esse motivo, atualmente reconhece-se que a atividade agrícola deve ser compatibilizada com os conceitos globais e específicos do desenvolvimento sustentável (ELLIOT, 1994).

De acordo com HANSEN (1996), podem haver duas distintas interpretações para entendimento e aplicação da sustentabilidade para a agricultura, que resultam em diferentes abordagens e metas perante a questão: uma envolve um posicionamento filosófico e ideológico e a outra a entende como uma propriedade da agricultura, desenvolvida em função da preocupação de conduzir mudanças objetivas no sistema, através do estudo e desenvolvimento de práticas e técnicas. KRUSEMAN et al. (1996) ressaltam que há três níveis de decisão que devem ser considerados para orientar políticas, pesquisa e ações para a adequação do uso da terra à agricultura sustentável: o nível político, o da propriedade e o da amostra. O de políticas deve refletir objetivos e interesses públicos, o da propriedade vincula-se à viabilidade econômica e o de amostra refere-se ao nível de observação e avaliação. Assim, concluem que novos projetos devem considerar a

adequação ambiental, aceitação social e cultural, a viabilidade econômica, conformidade legal e ajuste à estrutura institucional.

Entretanto, técnicos, produtores e empresários questionam a viabilidade econômica do processo de conversão dos sistemas de produção agrícola, usando como argumentos a ausência de políticas públicas e incentivos econômicos efetivos que viabilizem a transição dos sistemas de produção atuais para outros que promovam a conservação e recuperação de recursos naturais e que garantam a manutenção ou elevação da qualidade de vida de trabalhadores e comunidades rurais.

Assim, procurou-se, neste trabalho, propiciar condições para o estabelecimento de um sistema de certificação que incentivasse mudanças no sistema de produção agrícola, tomando como referência a cultura da cana-de-açúcar, considerando as necessidades de melhorias ambientais e sociais e as dificuldades de viabilização econômica de empreendimentos deste tipo.

2 - O QUE É CERTIFICAÇÃO

Conceitualmente, a certificação deve ser entendida como um instrumento econômico, baseado no mercado, que visa diferenciar produtos e fornecer incentivos tanto para consumidores como para produtores (UPTON e BASS, 1996).

Ao longo da história da agricultura e do desenvolvimento do agronegócio, algumas modalidades de certificação têm sido utilizadas para diferenciar produtos e produtores agrícolas. Estes movimentos são originários de países ricos, com setor agrícola forte e grupos sociais organizados, sendo a Europa o continente onde as principais iniciativas de certificação surgiram e se desenvolveram, e o movimento de certificação orgânica (coordenado internacionalmente pela International Federation of Organic Agriculture Movements - IFOAM), dentre estes, o mais importante e co-

¹Engenheiro Agrônomo, Mestre, Coordenador do Programa de Certificação Agrícola do IMAFLORA.

²Engenheiro Agrônomo, Assessora dos Programas de Certificação do IMAFLORA.

nhecido.

Analisando a história das iniciativas de certificação, verifica-se que para seu sucesso, deve haver um mecanismo voluntário, independente (realizado por uma terceira parte), feito em processos transparentes e apoiado em padrões consistentes. Estas premissas são necessárias para que ao final do processo, o certificado tenha credibilidade junto ao consumidor, já que a credibilidade é a palavra-chave de qualquer movimento de certificação.

Dentro deste cenário diversificado de certificações, a Certificação Socioambiental surgiu da preocupação de movimentos ambientalistas e sociais e consumidores da Europa e EUA, com os impactos ambientais e sociais associados à produção de produtos importados de países tropicais, principalmente produtos derivados de madeira, já que havia uma grande atenção mundial com relação à degradação da Floresta Amazônica. Após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio-92) e a elaboração da Agenda 21, parte dos ambientalistas e movimentos sociais se conscientizaram que não bastava somente criticar e articular boicotes a produtos tropicais. Muitas vezes o boicote não produzia nenhum resultado, já que a madeira dos trópicos, não podendo ser usada, era derrubada e queimada para dar origem a pastagens ou áreas agrícolas. Urgia, portanto, apresentar alternativas viáveis aos modelos de desenvolvimento e produção existentes, considerando inclusive o componente econômico das propostas em curso.

No bojo deste contexto, a certificação socioambiental visa diferenciar produtos oriundos de processos de produção ambientalmente adequados, socialmente justos e economicamente viáveis. Nesta modalidade de certificação, avalia-se a *performance* da operação auditada frente aos Padrões mínimos, em oposição às certificações de procedimento e gerenciamento, predominantes nos sistemas ISO³ de certificação.

A iniciativa pioneira de certificação socioambiental ocorreu no setor florestal, com a

criação do FSC⁴ e seu selo para produtos florestais. Esta entidade trouxe uma série de impactos para o setor e os grupos de interesse relacionados ao mesmo em escala mundial. Textos como UPTON e BASS (1996), VIANA et al. (1996) e LEROY; FATHEUER; FAILLACE (1996) descrevem e analisam com propriedade o caso florestal.

Com relação ao processo de avaliação e certificação, os padrões são muito importantes, pois são a base da certificação e definem o que o produto ou processo produtivo deve conter ou atingir para ser certificado. ERVIN e ELLIOT (1996), discutindo a certificação florestal, definem padrões como uma medida para se comparar as práticas de manejo existentes em uma determinada operação contra um grupo de princípios ou condições ideais. Os autores ressaltam que padrões de certificação socioambiental não medem diretamente a sustentabilidade da operação. Isso necessitaria um conhecimento completo dos impactos de longo prazo das atividades de manejo sobre os recursos naturais e comunidades, sendo este conhecimento ainda não existente e disponível. No caso de modalidades de certificação que tenham relação com interesses públicos, os padrões devem estar apoiados na técnica e conhecimento científico e devem ter aprovação e reconhecimento social. Para tanto, devem ser definidos em processos com a participação representativa e equilibrada dos grupos de interesse direta e indiretamente envolvidos com a produção e consumo do produto ou categoria de produtos em questão.

Além de padrões consistentes, a credibilidade e eficiência dos sistemas de certificação dependem da estrutura institucional em que estes estão apoiados. A estrutura institucional deve garantir mecanismos para que os princípios de independência e transparência da certificação (seja na definição dos padrões ou nos processos de avaliação) sejam rigorosamente cumpridos. Neste sentido, os principais movimentos de certificação ambiental, como os de agricultura orgânica,

³ISO - International Organization for Standardization é a maior e mais importante instituição padronizadora do mundo. Foi criada com o objetivo de facilitar o comércio internacional de produtos e serviços através da padronização. Responsável pela série de certificação ISO 9000 que introduziu no mercado o conceito de qualidade total e mais recentemente a série ISO 14.000, referente à certificação de sistemas de gestão ambiental (VIANA, 1996).

⁴FSC - Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal) é uma instituição internacional, não governamental, sem fins lucrativos, com sede no México e fundada em 1993. Foi criada com o objetivo de promover a conservação florestal através da certificação de florestas bem manejadas. É o órgão credenciador de programas de certificação florestal e o fórum para definição de padrões e políticas para a certificação socioambiental deste setor. Tem secretaria independente e tem como membros indivíduos e instituições ambientalistas e sociais, sindicatos, pesquisadores e técnicos e empresas do setor de vários países do mundo.

FSC, ISO 14.000, criaram a figura do credenciador (IFOAM, FSC e ISO respectivamente). O credenciador é a entidade que regulamenta o funcionamento da certificação, define a maneira de aplicação dos padrões e fiscaliza a atividade de certificadores.

Desde o desenvolvimento de padrões até o momento em que a certificação passa a existir como instrumento operacional e produtos certificados chegam ao mercado, este instrumento pode produzir uma série de benefícios e proporcionar novas oportunidades e desafios aos grupos de interesse atingidos:

- **Consumidores** - passam a poder optar pelos produtos que adquirem e verificar a origem dos mesmos.
- **Grupos ambientais e movimentos sociais** - podem participar do processo de definição dos padrões e acompanhar os processos de certificação. Assim, têm a oportunidade de pleitear e negociar em que condições aceitam e apoiam a certificação e até a própria produção de determinado produto e verificar se os padrões estão sendo aplicados corretamente. Caso estes signifiquem de fato um patamar diferenciado de produção, benefícios diretos e indiretos estarão sendo gerados tanto para o ambiente como para a sociedade.
- **Estado** - pode utilizar este mecanismo para a formulação de políticas públicas como referência para desenvolvimento de legislação, critérios para financiamento e tributação diferenciados e revisão do seu papel na fiscalização ambiental e trabalhista.
- **Pesquisadores** - operações certificadas não somente requerem sistemas e técnicas de produção com menor impacto ambiental e social em evolução constante, mas também os certificadores necessitam de métodos multi e interdisciplinares, seguros, rápidos e de baixo custo para avaliar a *performance* da operação e seus impactos. Ambos representam demandas e desafios constantes às agendas das instituições de pesquisa.
- **Produtores** - existem oportunidades diretas e indiretas e cada uma pode ter maior importância de acordo com o produto e produtor em questão:
 - a) **Diferenciação de produto:** havendo um produto certificado e, portanto, diferenciável, é possível acessar novos mercados que somente aceitem produtos com origem co-

nhecida e *performance* social e/ou ambiental garantida, podendo com isso derrubar críticas de *dumping* ambiental e social. Um outro benefício direto é o sobre-preço comumente pago a produtos certificados, que varia de 5% a 30%.

- b) **Políticas Públicas:** podem gerar linhas de investimentos e tributação diferenciadas para operações certificadas, já que as mesmas devem gerar externalidades ambientais e sociais positivas, como contraparte ao investimento governamental.
- c) **Acesso a novos financiamentos privados:** já existem linhas de financiamento especiais, que consideram a *performance* ambiental e social para liberação de recursos a novos projetos.
- d) **Benefícios à imagem institucional:** cria-se uma diferenciação do empreendimento (empresarial ou comunitário) frente à sociedade.
- e) **Aumento do monitoramento interno:** a certificação requer auditorias frequentes e a melhora contínua do processo produtivo.

3 - O PROJETO CANA-DE-AÇÚCAR

Em função da vivência e participação na Certificação Florestal, seja como certificador da Rede Smart Wood⁵ ou membro do FSC, o IMAFLOA⁶ verificou o alto potencial da certificação socioambiental como ferramenta para catalisar e incentivar mudanças em sistemas de produção. A certificação tem colaborado direta e indiretamente para a conservação de florestas e demais recursos naturais, manutenção e/ou elevação da qualidade de vida de trabalhadores e comunidades e tem gerado reais benefícios às operações certificadas, sejam empresariais ou comunitárias. Assim, baseado na experiência e

⁵O Smart Wood é um dos 5 programas de certificação florestal credenciados no FSC. Sua sede é em Vermont (EUA), sob a coordenação da ONG Rainforest Alliance. O programa opera em parceria com entidades locais nos países da América Latina.

⁶Entidade criada em 1995, com sede em Piracicaba (SP), o IMAFLOA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundada com o objetivo de incentivar e promover o desenvolvimento sustentável através do manejo florestal e agrícola ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável, utilizando como principais instrumentos a certificação, projetos aplicados e o apoio ao desenvolvimento de políticas públicas.

filosofia do FSC, o IMAFLORA planejou criar um Programa de Certificação Agrícola Socioambiental, com o objetivo final de estimular mudanças na agricultura em direção ao desenvolvimento sustentado.

Frente a este desafio, o primeiro passo realizado foi um estudo prospectivo visando verificar o potencial e aplicabilidade da certificação socioambiental para a agricultura brasileira. Este estudo, iniciado em março de 1996, durou três meses, foi financiado pela ONG norte-americana Rainforest Alliance e as culturas alvo foram a cana-de-açúcar, laranja e café. Verificou-se que as três culturas tinham potencial para a certificação socioambiental, isto é, este mecanismo poderia estimular mudanças em qualquer uma destas culturas, já que havia mercados e produtores diferenciados e ambiente institucional favorável ao debate. A partir destas três, selecionou-se a cultura da cana-de-açúcar para início de um projeto-piloto de certificação socioambiental no Estado de São Paulo. O recorte geográfico foi definido em função das dificuldades de se realizar um trabalho representativo para todo o País, o que implicaria a participação de representantes dos segmentos social, ambiental e econômico, do Brasil todo, o que dificultaria muito o trabalho e, de certa forma, poderia até mesmo inviabilizá-lo. Após a conclusão deste projeto, o processo deveria ser reaplicado para a agricultura como um todo, em escala nacional, estendendo-se as oportunidades, desafios e benefícios da certificação socioambiental para a agricultura brasileira em geral.

A cultura da cana-de-açúcar foi escolhida devido à sua importância estratégica na economia, conservação de recursos naturais, quantidade e qualidade de emprego e qualidade de vida do País. Além disso, a cana está ligada a um setor de grande visibilidade no cenário nacional e internacional e tem grande potencial demonstrativo de bons e maus exemplos para a sociedade brasileira.

A cana-de-açúcar ocupa cerca de 5 milhões de hectares no Brasil, sendo que aproximadamente 2,7 milhões somente no Estado de São Paulo (GONÇALVES e SOUZA, 1998). Existem hoje no País 221 usinas e destilarias que processam cerca de 300 milhões de toneladas de cana a cada safra, produzindo em torno de 14 bilhões de litros de álcool e 13 milhões de toneladas de açúcar, o que gera para o País cerca de US\$1,6 bilhão em exportações. Mais de 1,3 mi-

lhão de trabalhadores estão ligados diretamente à cultura da cana-de-açúcar, sendo 800 mil somente no corte e tratos culturais.

Do ponto de vista ambiental, entre outros aspectos, o manejo da cana é responsável pela destruição ou conservação de um dos ecossistemas tropicais de maior biodiversidade e mais ameaçados do planeta: a Mata Atlântica. Também no cenário do desenvolvimento de energias alternativas e renováveis com a produção de álcool (hidratado ou anidro), a cana desempenha um importante papel na diminuição do consumo de combustíveis fósseis e poluição atmosférica. Além disso, a indústria sucroalcooleira tem potencial para gerar energia elétrica a partir de resíduos de biomassa e pode produzir uma gama de produtos e subprodutos, para indústria farmacêutica, madeira, papel e outros (FERNANDES e COELHO, 1996; CARON, 1996).

Contudo, este é um setor que vive profundas contradições desde a introdução da cana-de-açúcar no início da história do País. Enquanto os líderes patronais e empresariais difundem a imagem do setor como importante motor do desenvolvimento nacional, a sociedade civil o condena como um dos responsáveis pela degradação ambiental (destruição de ecossistemas naturais, solos e recursos hídricos) e deterioração social (concentração de riquezas e poder, empregos de má qualidade, escravidão, danos à saúde de trabalhadores e comunidades, trabalho infantil, etc.). Exemplos destas críticas foram analisados com detalhes por diversos autores como SZMRECSÁNY (1994), SCOPINHO e VALARELLI (1995) e PAIXÃO (1997).

Contudo, não é correto generalizar todas as unidades produtivas de açúcar e álcool do País num só contexto. Somando-se às diferenças regionais, existem grandes diferenças de *performance* entre as diversas empresas do setor, incluindo nesta avaliação aspectos ambientais e sociais.

Além de todas as questões colocadas anteriormente, outros fatores conjunturais foram considerados para a escolha da cana como projeto-piloto: o fato de o IMAFLORA estar sediado em Piracicaba, que é uma tradicional região sucroalcooleira e com ambiente institucional bastante favorável ao projeto, havendo diversas entidades ligadas ao setor, sejam em aspectos técnicos ou políticos. Além disso, na ocasião do início do projeto, em 1996, havia uma grande discussão

sobre a retomada do PROÁLCOOL e o fim da queima da cana em São Paulo, o que também tornava o momento político favorável.

3.1 - Objetivos do Projeto de Certificação Socioambiental da Cana-de-açúcar

O projeto da cana-de-açúcar foi definido com os seguintes objetivos:

- Definir padrões para avaliação, monitoramento e certificação socioambiental;
- Definir e implementar um sistema de certificação socioambiental, isto é, criar uma estrutura institucional e regulamentação para funcionamento operacional da certificação;
- Harmonizar este sistema com as principais iniciativas internacionais de certificação agrícola, principalmente IFOAM, Fair Trade e ECO-OK.

Concluindo os objetivos do projeto, os padrões desenvolvidos serviriam não somente para a certificação, mas seria um documento público, podendo ser utilizado para diversos fins pelos vários grupos de interesse envolvidos com a atividade canavieira e sucroalcooleira visando:

- Orientar o desenvolvimento de políticas públicas e legislação;
- Fornecer subsídios para a pesquisa;
- Servir como referência para entidades financiadoras públicas e privadas;
- Servir como documento de referência de *performance* do setor canavieiro para grupos ambientais, sociais e econômicos.

Considerando a dimensão e as diversas facetas e impactos do projeto, envolvendo aspectos técnicos, conhecimentos ecológicos, sociais, interesses econômicos e políticos, foi fundamental o estabelecimento de parcerias, visando agregar entidades e pessoas que permitissem uma análise integrada dos objetivos, atividades e resultados do projeto e que pudessem refletir sobre suas conseqüências frente à realidade do setor e orientar o desenvolvimento estratégico e prático do projeto. Foram estabelecidas parcerias com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), e o projeto contou com a colaboração de pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Meio Ambiente (EMBRAPA Meio Ambiente), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

(ESALQ), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade de Campinas (Unicamp). Esta etapa do projeto foi financiada pela Organização Holandesa para a Cooperação Internacional de Desenvolvimento (NOVIB).

3.2 - Atividades e Métodos para Desenvolvimento dos Padrões

As atividades realizadas durante o desenvolvimento do projeto duraram 2 anos e constaram basicamente de dois Workshops de Desenvolvimento de Padrões para Avaliação, Monitoramento e Certificação Socioambiental da Cana-de-açúcar, duas reuniões do Grupo de Trabalho⁷, dois testes de campo, duas consultas públicas por correio, uma Assembléia Geral e diversas reuniões particulares com grupos de interesse. O objetivo de todas as atividades foi construir consenso para todas as propostas. Cada atividade teve um objetivo específico e o método utilizado para o desenvolvimento de padrões está descrito abaixo:

Fase 1 - Reuniões preparatórias: a primeira fase constituiu-se de reuniões com importantes instituições/indivíduos envolvidos com o setor sucroalcooleiro, no âmbito político, econômico, ambiental e social. Estas reuniões tiveram por objetivo apresentar a certificação socioambiental para o setor sucroalcooleiro e colher informações sobre o projeto, identificando suas possíveis dificuldades. As reuniões serviram também para que estas instituições fossem convidadas a participar do processo de desenvolvimento de padrões.

Fase 2 - Workshops, Grupo de Trabalho e Consulta: esta fase consistiu-se de workshops, reuniões do Grupo de Trabalho e consultas públicas e teve por objetivo envolver o maior número possível de indivíduos e instituições na discussão e definição dos Padrões seja por participação direta nos Workshops e reuniões, seja por participação indireta através de contribuições por fax, correio eletrônico, telefone ou através da resposta do questionário da consulta pública enviada por correio.

Fase 3 - Testes de campo: objetivaram a verifi-

⁷Após a segunda reunião para discussão dos padrões, ficou definido que para as próximas reuniões o grupo se manteria fechado, sem a participação de novas pessoas/instituições, para que as discussões pudessem progredir. Este grupo passou a se chamar então Grupo de Trabalho.

cação da aplicabilidade prática dos padrões, já que durante as discussões nos workshops e reuniões, os participantes foram orientados a discutir apenas as idéias e conceitos e não se ater a detalhes operacionais e práticos desses padrões.

Fase 4 - Assembléia: nesta fase, os padrões foram submetidos à discussão em uma ampla plenária, à semelhança dos workshops, porém com participação mais representativa dos grupos de interesse, conferindo legitimidade para esta instância final de decisão. Para eventuais votações neste evento, ficou estabelecido que cada participante iria integrar uma das três câmaras (social, ambiental e econômica) e independentemente do número de participantes de cada câmara, todas teriam o mesmo peso (1/3 dos votos por câmara). A assembléia foi responsável também por determinar a regulamentação da certificação agrícola.

3.3 - Resultados

a) Análise da participação dos grupos de interesse

Esta análise foi feita de maneira quantitativa e qualitativa, utilizando-se basicamente os modelos das tabelas 1 e 2. Nestas tabelas, cada participante de alguma das atividades era "classificado" de acordo com os interesses e a entidade que representava (ambiental, social ou econômico). Uma análise conjunta das duas tabelas permite uma visão abrangente da participação em todo o processo.

TABELA 1 - Participantes das Atividades de acordo com Área de Interesse

Atividade	Ambiental	Econômico	Social
I Workshop	7	7	6
II Workshop	5	7	6
Grupo de trabalho	4	5	4
Consultas	5	5	6
Assembléia	8	11	15

No total, 105 entidades/pessoas participaram do processo de definição de Padrões, seja participando dos workshops e reuniões, respondendo formalmente os processos de consulta, seja em reuniões formais com a equipe do IMA-FLORA e parceiros para discutir o projeto. Como indica a tabela 1, houve equilíbrio entre os grupos de interesses ambientais, econômicos e sociais

TABELA 2 - Participantes das Atividades de acordo com Representação Institucional

Atividade	Empresa/ produtor/ consultor	Trabalhador	ONGs	Pesquisa/ governo
I Workshop	7	2	6	5
II Workshop	7	0	5	6
Grupo de trabalho	5	0	4	4
Consultas	4	1	6	5
Assembléia	6	6	9	12

em todas as fases e atividades do projeto. Porém, a tabela 2 demonstra um desequilíbrio de representação de entidades-chave em fases do projeto, como representantes dos trabalhadores. Uma análise qualitativa da tabela 2, envolvendo a representatividade das instituições segue adiante (as instituições citadas não participaram necessariamente de todas as atividades, porém estiveram presentes em pelo menos uma delas e acompanharam os resultados das outras):

- **ONGs:** houve a participação de importantes ONGs no plano nacional, sejam ambientais, sociais ou ligadas à agricultura, como FASE, SOS Mata Atlântica, Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, AS-PTA e Fundação Abrinq. Houve também a importante participação de ONGs locais como a ACE Pau-Brasil (Ribeirão Preto) e Sodemapi (Piracicaba).
- **Empresas/Produtores:** buscou-se a participação das entidades de classe. Isso ocorreu com a Orplana, porém não com a UNICA (anteriormente AIAA) e Copersucar. Assim sendo, a representação foi feita por empresas, principalmente as Usinas Equipav (Promissão), São Francisco (Sertãozinho) e Univalem (Valparaíso).
- **Trabalhadores:** houve participação nas primeiras atividades e ausência na fase intermediária. Assim, em função da priorização de reuniões preparatórias com grupos de trabalhadores, estes tiveram grande representação na Assembléia Geral. Neste evento estiveram presentes a CONTAG, CUT, Federação dos Trabalhadores na Indústria Química do Estado de São Paulo, Pastoral da Terra, Pastoral Migratória entre outras.
- **Pesquisa/Governo:** a participação de instituições de pesquisa contribuiu decisivamente pa-

ra o sucesso da iniciativa e qualidade e rigor dos Padrões. Participaram dos eventos pesquisadores da EMBRAPA Meio Ambiente, ESALQ, UFSCar, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto de Economia Agrícola, entre outros. Quanto ao governo, contataram-se diversos Ministérios e Agências Federais e Secretarias Estaduais. Apesar dos esforços, não houve participação efetiva de entidades governamentais no projeto como um todo.

b) Os padrões

Os padrões passaram por oito diferentes versões até a versão 4.0 atual. A versão 1.0 dos Padrões foi definida a partir do estudo de outros padrões de certificação (FSC, IFOAM, Fair Trade e ECO-OK) e da análise da realidade do setor, e serviu de base para as primeiras discussões nos workshops e reuniões de desenvolvimento dos padrões. Os principais temas de discussão durante o projeto foram: inclusão de aspectos industriais na avaliação, terceirização das atividades, consulta à comunidade, queimada, Área de Preservação Permanente, conflitos entre a legislação e os padrões, trabalhadores migrantes e Área de Reserva Legal.

A versão final dos padrões ficou mais restritiva que as anteriores. Do ponto de vista do uso dos padrões como documento público para diversos fins, a versão final representa um avanço, tanto em aspectos sociais como ambientais. Porém, na ótica de seu uso para fins de certificação, o documento final restringe o poder da certificação para estimular mudanças no curto prazo, pois, em alguns aspectos, está significativamente acima da média da realidade atual do setor, principalmente o critério relacionada à queimada. Uma síntese dos padrões (somente com os Princípios da certificação) pode ser apreciada no quadro 1.

c) Testes de campo

Os testes de campo tiveram por objetivo testar a aplicabilidade dos Padrões para Avaliação, Monitoramento e Certificação Socioambiental para Cana-de-açúcar e seu Processamento Industrial e ocorreram em 2 usinas do oeste paulista.

A principal conclusão dos testes de campo é que, de uma forma geral, os padrões são avaliáveis e por isso podem ser usados como instrumento de avaliação socioambiental do setor

sucroalcooleiro. Entretanto, ressaltaram-se algumas dificuldades no processo de avaliação como a subjetividade de muitos critérios, a dificuldade para sua avaliação e a importância da equipe de auditores.

d) Regulamentação

A proposta para a regulamentação da certificação, submetida à discussão na Assembléia Geral, previa a criação de uma instância acima dos certificadores, que credenciasse e avaliasse certificadores e os relatórios finais de certificação. Deste modo, visou-se implementar mais de uma forma de controle sobre as atividades da certificação, para garantir sua eficiência, transparência e credibilidade, assim como abrir possibilidades para outras organizações atuarem como certificadores.

Assim, foi definida a criação do Comitê de Certificação (CC) e de um Grupo de Trabalho (GT), todos com equilíbrio entre os grupos de interesse. O CC será a instância de decisão, responsável por credenciar e monitorar certificadores e avaliar relatórios de certificação e dar o seu parecer favorável ou desfavorável. O GT será uma instância operacional, que discutirá e definirá procedimentos e questões pendentes relativas às atividades práticas da certificação. A Assembléia, como já mencionado anteriormente, será o fórum de discussão e revisão dos Padrões e de todo o sistema operacional da certificação e é soberana em suas decisões. Devido à sua importância, a Assembléia deve sempre contar com a presença de um número representativo e equilibrado de entidades, como forma de garantir a legitimidade de suas decisões.

Também aprovaram-se os critérios gerais para instituições atuarem como certificadores e os procedimentos mínimos para os processos de avaliação, com fins de certificação. A proposta aprovada procurava garantir a independência e transparência do processo e mecanismos de participação social durante o mesmo. A figura 1 ilustra a estrutura final da certificação.

e) Harmonização internacional

No plano internacional, os principais resultados com cada um dos principais movimentos de certificação agrícola foram os seguintes:

- ECO-OK – o IMAFLORA participou intensamente da reestruturação conceitual e operacional deste programa, colaborando com a expe-

QUADRO 1 - Princípios para Avaliação, Monitoramento e Certificação Socioambiental da Cana-de-açúcar e seu Processamento Industrial

Este é um documento público e independente, resultado de um processo de vinte meses de trabalho, que envolveu pesquisa bibliográfica, visitas e testes de campo, quatro reuniões de um grupo de trabalho, dois amplos processos de consulta e uma Assembléia Geral. Os Padrões aqui apresentados foram definidos nestas atividades, envolvendo, de maneira equilibrada, voluntária e representativa, ONGs ambientais e sociais, trabalhadores, pesquisadores, empresários e técnicos do setor sucroalcooleiro paulista. Para fins de certificação, este documento deve ser aplicado de acordo com a Regulamentação da Certificação Socioambiental para o Setor Sucroalcooleiro.

- 1 - Conformidade com legislação e acordos e tratados internacionais** - O manejo do sistema de produção sucroalcooleiro deve respeitar toda a legislação vigente, os tratados e acordos dos quais o País seja signatário, bem como os princípios e critérios descritos neste documento.
- 2 - Direito e responsabilidade de posse e uso da terra** - A posse e os direitos de uso da terra a longo prazo devem estar claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.
- 3 - Relação justa com os trabalhadores** - A atividade sucroalcooleira deve cumprir a legislação trabalhista e elevar o bem-estar sócio-econômico dos trabalhadores.
- 4 - Relação com a comunidade** - Deve haver compromisso com o bem-estar sócio-econômico e respeito à cultura das comunidades locais onde a atividade agroindustrial esteja inserida.
- 5 - Planejamento e monitoramento** - A atividade agroindustrial deve ser planejada, monitorada e avaliada considerando os aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais.
- 6 - Conservação de ecossistemas e proteção da biodiversidade** - A atividade agrícola deve promover a conservação de ecossistemas, com especial atenção para a conservação da biodiversidade e sua recuperação.
- 7 - Conservação do solo e recursos hídricos** - A atividade agroindustrial deve promover a conservação dos solos e recursos hídricos a curto prazo e recuperação dos solos e recursos hídricos a longo prazo.
- 8 - Controle do uso de agroquímicos** - Deve-se planejar e controlar o uso de agroquímicos, considerando-se a saúde dos trabalhadores e comunidades locais e a qualidade do solo, recursos hídricos e ecossistemas. Deve haver uma clara política para a redução destes insumos.
- 9 - Manejo e utilização de resíduos e demais substâncias químicas** - O manejo e utilização de resíduos devem considerar a conservação ambiental e a qualidade de vida dos trabalhadores e das populações locais.
- 10 - Interação com a paisagem** - O planejamento, implementação e manejo dos sistemas de produção agroindustrial devem considerar a inserção da unidade de produção no meio físico e biológico regional, visando integração e estabilidade a longo prazo.
- 11 - Viabilidade econômica** - O sistema de produção agrícola deve promover a otimização do uso dos seus múltiplos recursos e produtos para assegurar a sustentabilidade econômica da atividade, incorporando os custos sociais, ambientais e operacionais associados à produção.
- 12 - Atividade industrial** - O processamento industrial da cana-de-açúcar deve cumprir com a legislação pertinente e promover a conservação dos recursos naturais e a segurança e bem-estar de trabalhadores e comunidades.

Fonte: Resumo da versão 4.0 completa dos Padrões (02-07-1998).

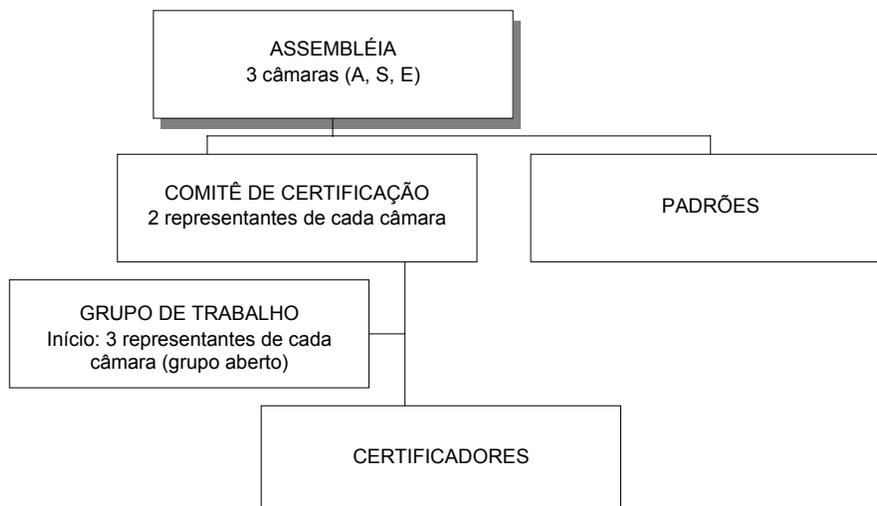


Figura 1 - Estrutura da Certificação Socioambiental para a Cana-de-açúcar.

riência do projeto da cana-de-açúcar. Os trabalhos culminaram com a criação da Rede de Agricultura Conservacionista (CAN - Conservation Agriculture Network), fundada pelas ONGs: Corporación de Conservación y Desarrollo (Equador), Fundación Interamericana de Investigación Tropical (Guatemala), IMAFLORA e Rainforest Alliance (EUA). Como resultado, a CAN passou a ser uma rede de certificadores agrícolas socioambientais, trabalhando sobre Padrões gerais comuns. Os Padrões nacionais da cana-de-açúcar foram aceitos e reconhecidos pela rede, assim como a regulamentação definida. Logo, operações e produtos de cana-de-açúcar certificadas poderão utilizar o selo ECO-OK.

- Fair Trade – o intercâmbio com o Fair Trade foi realizado através do Transfair International (com sede na Alemanha) e evoluiu muito durante os dois anos de projeto. O setor canavieiro tem potencial para ser certificado via Fair Trade (especialmente as cooperativas e associações de pequenos produtores). Porém, ainda não se definiu formalmente como será a relação entre as certificações socioambientais e o Fair Trade.
- IFOAM – a discussão direta com o IFOAM tem sido limitada pelas dificuldades de comunicação. Por outro lado, a parceria com o IBD está bastante avançada e amadurecida. Os Padrões atuais não exigem a produção orgânica, o que

não possibilita uma harmonização direta com esta certificação. Entretanto, auditorias e certificações podem ser realizadas conjuntamente, possibilitando a existência do mesmo produto com os selos orgânico e socioambiental, caso o produto cumpra com os critérios de ambas as certificações.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de certificação agrícola pretende, futuramente, promover um debate sobre o poder da certificação em catalisar mudanças nos sistemas de produção agrícola, na direção do desenvolvimento sustentável, conceito descrito na Agenda 21. Este conceito apresenta o desafio de compreender o sistema de produção de maneira integrada, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos, e define, portanto, a necessidade de uma visão mais ampla sobre estes aspectos. Para simplificar a explicação tome-se por exemplo uma situação hipotética de uma empresa/fazenda com uma grande área de floresta natural preservada, mas com utilização indiscriminada de inseticidas para o combate às pragas. Considerando também as questões sociais, imagine-se que esta mesma fazenda não usasse inseticidas, mas utilizasse mão-de-obra infantil ou escrava, em péssimas condições de trabalho. Situações como esta representam

um grande avanço em determinados aspectos do sistema de produção em detrimento de outros. Analisando estas questões, entende-se que os organismos de certificação agrícola existentes, apesar de serem responsáveis por modificações positivas nos sistemas de produção, não cumprem, em função de suas especificidades (alguns enfocam a relação de trabalho, outros o uso de agroquímicos, etc.), o papel que poderiam cumprir com relação ao desenvolvimento sustentável, caso tivessem uma ação mais abrangente ou integrada.

Dessa forma, considera-se uma possível solução para este quadro a harmonização entre todos os organismos de certificação agrícola, através de um fórum de discussão global, que se imagina inicialmente poderia se chamar Agricultural Stewardship Council (ASC).

O ASC representaria, na prática, o reconhecimento mútuo entre todos os movimentos de certificação e a adoção de procedimentos e padrões básicos comuns, que considerassem aspectos ambientais, sociais e econômicos. Cabe

ressaltar, que o ASC não implicaria a perda da identidade e especificidades de cada movimento, pois estes ficariam livres para aprofundar seus critérios particulares e atingir seus públicos específicos.

Algumas iniciativas já ocorreram visando esta harmonização. A última conferência mundial da IFOAM, realizada em novembro de 1998, já discutiu a possibilidade de introduzir critérios sociais em seus manuais de avaliação, sugeridos pelo Fair Trade. Da mesma forma, o Fair Trade está procurando absorver critérios ambientais nos seus procedimentos. Seguindo esta mesma filosofia, a Rede de Agricultura Conservacionista procura estudar os padrões de outros certificadores para elaborar seus documentos. Estas são algumas iniciativas promissoras que podem iniciar um processo mais profundo de aproximação. Cabe às instituições e pessoas envolvidas com a atividade agrícola e a certificação lutar para que estas iniciativas se concretizem em resultados positivos.

LITERATURA CITADA

- CARON, Dalcio. Novas tecnologias para a indústria sucroalcooleira. **Preços Agrícolas**, Piracicaba, v.11, n.121, p.13-16, nov. 1996.
- ELLIOT, E. T.; COLE, C. V. A perspective on agroecosystem science. **Ecology**, v.70, n.6, p.1597-1602, 1989.
- ELLIOT, J. A. **An introduction to sustainable development**. London: Routledge, 1994. 121p.
- ERVIN, J.; ELLIOT, C. The development of standards. In: VIANA, V. et al. **Certification of forest products: issues and perspectives**. Washington D.C.: Island Press, 1996. p.33-41.
- FERNANDES, Eliana S. L.; COELHO, S. T. **Perspectivas do álcool combustível no Brasil**. São Paulo: USP/IEE, 1996. 166p.
- GONÇALVES, José S.; SOUZA, Sueli A. M. Alternativas econômicas para áreas com restrição à colheita mecanizada da cana-de-açúcar, na região de Piracicaba-SP. In: SEMANA DE CANA-DE-AÇÚCAR DE PIRACICABA, 3., Piracicaba, 1998. **Anais...** Piracicaba: STAB, 1998. p.4-8.
- HANSEN, J. W. Is agricultural a useful concept? **Agricultural Systems**, UK, v.50, p.117-143, 1996.
- KRUSEMAN, G. et al. Analytical framework for disentangling the concept of sustainable land use. _____, UK, v.50, p.191-207, 1996.
- LEROY, J. P.; FATHEUER, T. W.; FAILLACE, S. **Certificação florestal**. Rio de Janeiro: FASE, 1996. 52p. (Cadernos de Proposta, n.4).

PAIXÃO, M. **Os vinte anos do Próalcool**: as controvérsias de um programa energético de biomassa. Rio de Janeiro: FASE, 1997. 95p.

SCOPINHO, R. A; VALARELLI, L. **Modernização e impactos sociais**: o caso da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto (SP). Rio de Janeiro: FASE, 1995. 143p.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Tecnologia e degradação ambiental: o caso da agroindústria canavieira no estado de São Paulo. **Informações econômicas**, São Paulo, v.24, n.10, p.73-81, out. 1994.

UPTON, C.; BASS, S. **The Forest Certification Handbook**. Florida: St. Lucie Press, 1996. 218p.

VIANA, V. **Certificação florestal**: ISO 14000 e FSC. Rio de Janeiro: FASE, 1996. 52p. (Cadernos de Proposta, n.4).

_____ et al. **Certification of forest products**: issues and perspectives. Washington D.C.: Island Press, 1996. 261p.

CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA SOCIOAMBIENTAL: iniciativa piloto para a cana-de-açúcar

SINOPSE: O artigo apresenta conceitos sobre certificação socioambiental e descreve o processo de desenvolvimento de padrões para avaliação e certificação socioambiental de cana-de-açúcar. São sintetizados e analisados os objetivos, atividades e resultados finais deste projeto, assim como as oportunidades e desafios para o setor sucroalcooleiro do País.

Palavras-chave: cana-de-açúcar, certificação, socioambiental.

SOCIOENVIRONMENTAL AGRICULTURAL CERTIFICATION: a pilot initiative in sugarcane

ABSTRACT: The paper presents the concepts of socioenvironmental certification and describes the standards developing process for sugar cane socioenvironmental evaluation and certification. The objectives, activities and final results of this project are summarized and analyzed, as well as the opportunities and challenges for the national sugar cane sector.

Key-words: sugar cane, certification, socioenvironmental.

Recebido em 04/03/99. Liberado para publicação em 03/05/99.

Informações Econômicas, SP, v.29, n.5, maio 1999.